



APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2025.212.ap>

Dr. Inácio Helfer (Editor-Chefe) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

helfer@unisinos.br

<https://orcid.org/0000-0001-6809-9009>

Doutorando Jaison M. Partchel (Editor-Adjunto) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

partchel.j@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9384-2818>

Doutorando João Victor Rosauro (Editor-Adjunto) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

joaorosauro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0761-924X>

Doutorando Gustavo Oliva de Oliveira (Editor-Adjunto) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

gustavoolivadeoliveira@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1947-0323>

Doutorando Gabriel Schessof (Editor-Adjunto) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil

g.schessof@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7039-2482>

É com enorme satisfação que apresentamos aos nossos leitores e leitoras o segundo número do vigésimo primeiro volume da Revista Controvérsia (UNISINOS). Na presente publicação, temos um conjunto de treze artigos originais e inéditos e uma resenha de excelente qualidade.

Iniciamos o número com o artigo “Sobre a distinção entre questões internas e externas de existência segundo Carnap”, escrito por Anderson Bernardi, mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tendo como principal referência o texto *Empirismo, Semântica e Ontologia* de Carnap, o objetivo do autor é alcançar o assim chamado “Princípio de Tolerância” carnapiano, elaborado a partir da distinção entre os conhecimentos de pretensões científicas (as questões internas de existência) e de pretensões metafísicas (as questões externas de existência), cuja gênese está na antiga disputa entre nominalistas e realistas. Com o mencionado princípio, se dissolveria a aparente incompatibilidade entre o viés empirista e a adoção de entidades abstratas no discurso científico.

O segundo artigo intitula-se “A resistência política frente ao isolamento/impotência a partir do pensamento de Hannah Arendt”, de autoria de Antonio Justino de Arruda Neto, doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), e Kethelyn Moraes da Silva, graduanda em Direito pela Faculdade Integrada CETE – FIC. O objetivo dos autores é demonstrar como o pensamento de Hannah Arendt pode nos auxiliar a romper com as noções relacionais de isolamento e impotência presentes em regimes totalitários, tendo o regime nazista como exemplo principal.

Já o terceiro artigo, “Maquiavel e os profetas armados: religião, política e violência”, escrito por Bruno Alexandre Cadete da Silva, doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutorando em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF), empreende uma análise dos profetas armados, personagens políticos e históricos de singular relevância ao pensamento de Maquiavel. Isso porque, aos olhos do autor florentino, os profetas armados são os mais poderosos agentes políticos, uma vez que relacionam elementos como a religião, a ação política e a violência na promoção de sua autoridade, tanto em relação aos diferentes corpos políticos, quanto na fundação e manutenção dos seus domínios.

No artigo seguinte, “Racionalidade estética e os limites da razão instrumental em Theodor Adorno”, o quarto do presente número, Bruno Luciano de Paiva Silva, doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visa essencialmente apresentar os elementos principais da racionalidade estética, tal como fora elaborada por Adorno na obra *Teoria estética*, e esclarecer os limites da razão instrumental como guia para a vida humana.

O quinto artigo, “Eric Voegelin e Karl Jaspers: A interpretação voegeliana sobre a era axial”, escrito por Daiane Eccel, doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atualmente professora adjuntada mesma instituição, discute a recepção de Eric Voegelin, em seu *magnum opus*, *Ordem e História*, da tese da era axial apresentada por Karl Jaspers na obra *Origem e meta da história* de 1949. O artigo ressalta que embora Voegelin compartilhe de alguns pressupostos com Jaspers, ele recusa a tese da era axial.

No sexto artigo, escrito por Guilherme Silva Ferreira, mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), intitulado “O sistema de conselhos como proposta alternativa de Arendt à exclusividade da representação”, se examina as críticas de Hannah Arendt ao sistema de partidos nas democracias representativas contemporâneas. O autor avalia os motivos pelos quais Arendt elenca um sistema de conselhos enquanto uma alternativa capaz de reduzir a concentração de poder nas mãos dos eleitos e garantir uma maior participação dos cidadãos na vida pública.

Depois, em “Uma Defesa da Eudaimonia Aristotélica”, o sétimo artigo, João Pedro Pinheiro da Silva, doutorando em Filosofia pela University of St. Andrews, oferece uma crítica à avaliação de Richard Kraut sobre a *eudaimonia* aristotélica no texto *Two Conceptions of Happiness*, segundo a qual ela seria desumana e restritiva. O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, o autor disputa a interpretação intelectualista de Kraut sobre a *eudaimonia*, propondo uma abordagem dualista que procura resolver os maiores problemas do debate clássico entre inclusivistas e intelectualistas. Na segunda, defende-se uma forma de objetivismo contra a concepção subjetiva de felicidade exposta por Kraut. Por fim, se conclui que a *eudaimonia* aristotélica continua a nos fornecer a única alternativa a uma visão puramente psicológica de felicidade, sendo, portanto, ainda relevante no debate ético.

Já o oitavo artigo, “The Social as a normative condition for social justice” de José Henrique Sousa Assai, doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), traz os pressupostos teóricos da teoria crítica para aprofundar a ideia do “Social” (*Das Soziale*) e seu potencial semântico-normativo, na busca de uma efetiva justiça social, entendida aqui como a garantia das condições mínimas de existência social.

A seguir, temos o artigo “A pena e a narrativa: identidade, dor e suspensão do self”, o nono do presente número, de Lara Passini Vaz-Tostes, graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O texto é uma análise filosófico-narrativa do poder punitivo contemporâneo, que parte da articulação entre a teoria da identidade narrativa de Paul Ricœur e as formas simbólicas de imposição de identidade pelo sofrimento, tendo como pano de fundo uma cena em que o personagem Harry Potter é forçado a reescrever frases, cujo valor de verdade não reconhece, na própria pele e sob dor. Na cena, o personagem ilustraria como a narrativa punitiva moderna, exemplificada pelo sistema prisional, atua como suspensão do self: não apenas limitando a liberdade, mas interditando o direito de narrar-se. Ao final, a autora propõe uma ética da escuta e da palavra como possibilidade de resistência simbólica à narrativa única do crime e da culpa.

No artigo “Ontologia social aplicada ao armário: a objeção de Andler à teoria conferista de Ásta”, o décimo do presente número, Lu Triches Immich, mestra e bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), recorre à metafísica feminista para aferir o debate em torno das definições de categorias sociais, divididos entre teorias de posição social e teorias baseadas em identidade. O objetivo principal é responder à crítica empreendida por Andler à teoria de posição social desenvolvida por Ásta. Na teoria de Ásta, categorias sociais são concebidas como sendo variáveis de acordo com o contexto em que a conferência delas ocorre. Andler objeta, alegando que esse modo de conceber categorias sociais leva a exclusão de pessoas com identidade sexual *queer*, pois pressupõe que o indivíduo apresente determinada orientação sexual para a conferência de determinada identidade sexual. A autora argumenta, no entanto, que Ásta não postula a relação entre orientação sexual e identidade sexual como inerente ao processo de conferência.

O décimo primeiro artigo intitula-se “O poder entre reconhecimento e justificação: um debate entre Axel Honneth e Rainer Forst” de autoria de Matheus Kieling, mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O texto discute a noção de poder a partir do pensamento de dois dos mais proeminentes representantes da teoria crítica contemporânea: Axel Honneth – em especial, a sua teoria do reconhecimento – e Rainer Forst – com atenção à sua teoria da justificação. O objetivo é pensar qual seria o déficit em relação à noção de poder na teoria do reconhecimento honnethiana e como a teoria crítica da justificação de Forst pode servir como resposta complementar a este déficit.

O décimo segundo artigo, “O direito à saúde em Rawls e Daniels”, de Marco Antonio Montagner Giulianis, graduado em Medicina pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), busca compreender as teorias da

justiça de John Rawls e Norman Daniels, relacionando-as com o tema do direito à saúde no contexto específico de escassez financeira no Sistema Único de Saúde (SUS). Uma vez que a justiça distributiva na saúde pública se torna um desafio quando os recursos disponíveis são limitados, é necessário estabelecer critérios para uma adequada alocação financeira. A teoria de Rawls, fundamentada no princípio da justiça como equidade, busca garantir a igualdade de oportunidades e a proteção dos menos favorecidos. Já a abordagem de Daniels, baseada no princípio da equidade em saúde, considera a necessidade de atender às demandas prioritárias com base nas necessidades individuais. Compreender as nuances dessas abordagens filosóficas pode auxiliar a reflexão sobre como promover mais justiça na saúde pública.

O último artigo intitula-se “Reflexões sobre as implicações da mudança climática para a teorização política”, escrito por Ulysses Ferraz de Camargo Filho, doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica (PPGLM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) e doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Nele, o autor analisa como as mudanças climáticas associadas ao Antropoceno desafiam os fundamentos da política contemporânea, propondo revisar criticamente as noções políticas de liberdade, democracia e progresso à luz de limites climáticos cada vez mais evidentes.

A seguir, temos a resenha feita por Deivide Garcia da Silva Oliveira, professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sobre o livro *Scientific Pluralism Reconsidered – A new approach to the (Dis)unity of Science* (2016) da filósofa Stephanie Ruphy. Nele, Ruphy revisita um amplo debate em torno da questão da unidade (*unity*) e não-unidade (*disunity*) na ciência, desafiando as perspectivas pluralistas e antiredutivistas prevalentes mediante uma alternativa: o “pluralismo foliado” (*foliated pluralism*). Rejeitando tanto o monismo universalista quanto o pluralismo metafisicamente fundado, Ruphy ressalta a necessidade de uma visão do pluralismo científico temporalmente qualificado e orientado à prática. A resenha conclui que a obra oferece uma contribuição substancial à filosofia da ciência, com uma perspectiva matizada capaz de reconciliar o pluralismo com a metodologia científica.

Por fim, é com imensa alegria que anunciamos a chegada de Denise Narli da Silveira e Matheus Henrique dos Santos, doutorandos em Filosofia pela UNISINOS, ao corpo editorial deste periódico, na condição de editores-adjuntos. Desejamos-lhes êxito nesta nova função.

Desejamos a todas e todos uma proveitosa leitura.

.